

MUNICÍPIO DO SEIXAL
CÂMARA MUNICIPAL



ATA N.º 08

**Reunião extraordinária realizada a
quinze de abril de dois mil e vinte e seis**

SEIXAL

- ORIGINAL -



**Município do Seixal
Câmara Municipal**

Ata nº 08/2026

Reunião Extraordinária da Câmara Municipal do Seixal de 15 de abril de 2026

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL
REALIZADA A 15 ABRIL DE 2026**

Aos quinze dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis realizou-se pelas 15.19 horas, no Auditório dos Serviços Centrais da Câmara Municipal do Seixal, uma Reunião Extraordinária da Câmara Municipal do Seixal.

Presidiu e dirigiu a Reunião o Senhor Presidente da Câmara Paulo Alexandre da Conceição Silva, e na mesma participaram os Senhores Vereadores, Joaquim Carlos Coelho Tavares, Maria João Varela Macau, Maria João Filipe Costa, Marta Sofia Martins da Silva, Nuno Emanuel Monteiro Capucha, Carlos Manuel Damas Pelado, Elisabete Manuela Pereira Adrião.

Faltaram à presente reunião, por motivos justificados o Senhor Vereador Miguel Ferreira Feio, substituído pela Senhora Vereadora Patricia Alexandra de Matos Henriques, , nos termos dos art.s 78.º e 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, o Senhor Vereador Marco Paulo Teles Gonçalves Fernandes, substituído pela Senhora Vereadora Vanessa Sofia Tavares de Sousa, nos termos dos art.s 78.º e 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro e o Senhor Vereador Bruno Miguel Machado Vasconcelos substituído pelo Senhor Vereador José Carlos Carvalho Farropas, nos termos dos art.s 78.º e 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro.

Secretariou a Reunião, Magda Isabel da Fonseca Bastos Sargento Galandim, Secretária, no uso das suas competências, designada pelo despacho n.º 2899-PCM/2025, de 04 de novembro de 2025, e, nos termos da lei aplicável.

Nos termos das disposições conjugadas dos art.s 34.º do novo Código do Procedimento Administrativo, e 57.º do Anexo à Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, as atas constituem um resumo do que de essencial se passou, contendo, no mínimo, a data, o local da reunião, os membros presentes e ausentes, os assuntos apreciados, as deliberações tomadas e o resultado das votações. O registo das intervenções resulta da minuta e do registo áudio, que constitui, sempre que as condições o permitem, um elemento auxiliar na elaboração da ata. Os seus termos não contendem com a existência ou validade dos atos administrativos e deliberações (Acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte. Processo nº 1154/03 de 18.11.2010).

I – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Neste período foi apreciado o seguinte assunto, constante no Edital n.º 128/2025, e arquivado em pasta anexa à presente Ata.

1. Deliberação nº 102/2026-PCM - RELATÓRIO DE ATIVIDADES E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2025. APROVAÇÃO.

Proposta:
Presidência.

“Nos termos do Decreto-Lei n. 192/2015, de 11 de setembro, com a redação do Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio, e da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais), com a redação do Decreto-Lei n.º 10/2024, de 8 de janeiro, **proponho a aprovação do Relatório de Atividades e dos Documentos de Prestação de Contas de Exercício de 2025.**



Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 08/2026

Reunião Extraordinária da Câmara Municipal do Seixal de 15 de abril de 2026

Mais proponho que, nos termos e para os efeitos da alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I à referida Lei n.º 75/2013, e do n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais), com a redação da Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro, **esta proposta seja submetida à apreciação e votação da Assembleia Municipal.**

Após a sua aprovação, a Prestação de Contas do Exercício de 2025 será remetida ao Tribunal de Contas, conforme Resolução n.º 6/2025, de 13 de fevereiro, daquele Tribunal.

O Presidente da Câmara
Paulo Alexandre da Conceição Silva”

Submetida a votação, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com o voto de qualidade do Senhor Presidente da Câmara Municipal, com a seguinte votação, quatro votos a favor do Senhor Presidente da Câmara, Paulo Alexandre da Conceição Silva, e dos Senhores Vereadores, Joaquim Carlos Coelho Tavares, Maria João Varela Macau e Maria João Filipe Costa, com quatro votos contra dos Senhores Vereadores Marta Sofia Martins da Silva, Nuno Emanuel Monteiro Capucha, Carlos Manuel Damas Pelado e José Carlos Carvalho Farropas, e com três abstenções das Senhoras Vereadoras Elisabete Manuela Pereira Adrião, Patricia Alexandra de Matos Henriques e Vanessa Sofia Tavares de Sousa, ficando os documentos mencionados arquivados no respetivo processo.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, deu início à reunião, cumprimentando os Senhores Vereadores, os trabalhadores que asseguravam o apoio à realização da reunião e a população presente, quer fisicamente, quer através dos canais digitais. Informou que se tratava de uma reunião extraordinária, nos termos do Regimento, destinada à análise do Relatório de Atividades e Prestação de Contas do exercício de 2025, não havendo, por essa razão, período aberto ao público nem período antes da ordem do dia, passando-se de imediato ao ponto único da ordem de trabalhos. No uso da palavra, referiu que o ano de 2025 foi indubitavelmente muito importante para o concelho do Seixal, tendo sido um ano de consolidação do desenvolvimento económico e social, no qual o concelho demonstrou a sua dinâmica e capacidade coletiva, sublinhando tratar-se de um concelho construído por todos. Destacou que o Seixal foi o concelho que mais cresceu na Península de Setúbal, aquele onde foram constituídas mais empresas, onde se verificou maior número de empresas PME Líder e PME Excelência e onde foram criados mais postos de trabalho. Acrescentou que, segundo o índice recente das mil maiores empresas do distrito de Setúbal, o Seixal foi o concelho mais representado. Referiu igualmente a liderança na execução de fundos comunitários, designadamente no âmbito do PRR e do Portugal 2030, indicando que, enquanto a média dos 18 municípios da Área Metropolitana de Lisboa se situava nos 43%, existindo mesmo municípios com execuções na ordem dos 3%, o Seixal apresentava já uma execução de 107%, conseguindo, inclusivamente, captar fundos inicialmente destinados a outros municípios que não estavam a conseguir executá-los. Salientou que este desempenho resulta do trabalho conjunto dos eleitos, dos trabalhadores da Câmara Municipal, das instituições, das empresas e da população, reforçando a ideia de que o concelho é feito por todos. Referiu ainda que, sendo 2025 um ano eleitoral, ao contrário do que acontece em muitos outros concelhos, não foi um ano marcado por inaugurações, mas sim pelo lançamento de diversos projetos estruturantes que terão concretização nos anos seguintes, evidenciando que a prioridade do executivo é o desenvolvimento sustentado do concelho e não o ciclo eleitoral. Na área da educação, informou sobre o lançamento de concursos para a construção de várias escolas, nomeadamente no Pinhal Vidal, Lagoas, Pinhal do General e jardim de infância do Fogueteiro, bem como a requalificação de outras escolas, como a da Arrentela e a Conde Porto Alegre, estando previstos novos projetos para o Bairro Novo e para a construção de uma nova escola nos Foros de Amora. Referiu também o processo de transferência de competências das escolas do segundo e terceiro ciclos para o município, sublinhando que, embora o financiamento da requalificação seja da responsabilidade do Governo, a Câmara teve de proceder à elaboração dos projetos, incluindo previamente o levantamento do estado dos edifícios. Indicou as escolas inicialmente mapeadas, Manuel Cargaleiro, Cruz de Pau, António Augusto Louro, Alfredo Reis Silveira, José Afonso e Paulo da Gama e, referiu as diligências efetuadas para alargar a



Município do Seixal Câmara Municipal

Ata nº 08/2026

Reunião Extraordinária da Câmara Municipal do Seixal de 15 de abril de 2026

intervenção a outras escolas, bem como a necessidade de construção de uma escola em Fernão Ferro. Informou ainda sobre os prazos de candidatura e o estado de desenvolvimento dos projetos, destacando que o município já submeteu várias candidaturas dentro dos prazos previstos e se encontra a preparar outras. Salientou igualmente que a intervenção na educação não se esgota nas infraestruturas, destacando o Projeto Educativo Municipal, que integra mais de uma centena de iniciativas. No domínio social, destacou a construção de diversos equipamentos, incluindo creches, lares de idosos e respostas para pessoas com deficiência, referindo que a maioria das creches se encontra em fase adiantada, no âmbito do PRR ou do PARES, com exceção da do Fogueteiro. Referiu ainda o caso do lar de Fernão Ferro, já concluído, aguardando apenas vistoria da Autoridade Nacional de Proteção Civil para poder entrar em funcionamento. Destacou também o trabalho desenvolvido no âmbito do Radar Social e a intervenção nos bairros sociais, bem como outros projetos de âmbito social, referindo que o município voltou a ser distinguido com a Bandeira de Mérito Social. Na área da cultura, salientou a forte atividade cultural do concelho, com destaque para o Festival do Maio, o Seixal Jazz e o Festival de Teatro, bem como o programa Seixal Cultural, que evidencia o dinamismo do movimento associativo. Referiu ainda a aposta na formação cultural dos jovens, através de projetos desenvolvidos nas escolas, incluindo teatro, dança e cinema, e destacou o trabalho articulado entre grupos de teatro escolares, amadores e profissionais, como o Teatro da Terra e o Teatro do Bairro. No desporto, destacou a Seixalíada como o maior evento de desporto popular do país, bem como o investimento em equipamentos desportivos e os resultados alcançados por atletas do concelho em diversas modalidades, incluindo participações internacionais em áreas como voleibol, andebol, basquetebol, futebol, ginástica, canoagem, triatlo, taekwondo e hóquei no gelo. Relativamente à juventude, evidenciou o projeto Seixal Criativo, que recebeu distinções como o Prémio Cinco Estrelas Regiões e reconhecimento no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, destacando a participação de jovens em concursos nacionais de empreendedorismo, onde vários projetos foram finalistas e um deles recebeu menção honrosa, tendo inclusivamente sido indicado para um prémio internacional. Referiu ainda parcerias com entidades como a Siemens e a Hovione, bem como a colaboração com o Instituto Hidrográfico. Mencionou também outros projetos dirigidos à juventude, como as bandas escolares, a Aldeia da Música, o Fórum Seixal Jazz e o programa Seixal Mais Futuro, bem como a concretização de equipamentos como o skate park e o pump track. Na área do ambiente, informou sobre o início da construção de vários parques urbanos, nomeadamente na Arrentela, em Corroios e na Torre da Marinha, bem como a dinamização do Parque Metropolitano da Biodiversidade e ações de reflorestação com forte participação da população. No setor dos transportes, destacou o investimento superior a 2,7 milhões de euros no passe Navegante, bem como o trabalho desenvolvido junto da Transtejo para melhoria do serviço, referindo que se verificaram progressos significativos, estando agora o município a desenvolver ações semelhantes junto da Fertagus. Na área da água e saneamento, referiu intervenções como o CDA de Belverde, a requalificação do CDA de Santa Marta, a abertura de novos furos e a implementação da recolha seletiva de biorresíduos, destacando ainda a pressão exercida sobre a Amarsul e o trabalho desenvolvido nos centros municipais de higiene urbana, com particular destaque para o de Fernão Ferro. No domínio da saúde, destacou a construção e requalificação de centros de saúde, nomeadamente em Foros de Amora, Paio Pires e Fernão Ferro, bem como a intervenção no Hospital Garcia de Orta, designadamente na área da psiquiatria. Referiu a adesão a programas e redes de saúde, como a rede europeia de cidades saudáveis, bem como a continuidade da reivindicação da construção de um hospital no Seixal, salientando o crescimento populacional da região e a insuficiência das respostas existentes. Mencionou ainda preocupações recentes com alterações nos serviços hospitalares na região. Na área da habitação, referiu o avanço de projetos de arrendamento acessível e a necessidade de reforçar a oferta habitacional no concelho. Relativamente à proteção civil e segurança, destacou o apoio aos bombeiros e a articulação com as forças de segurança, salientando que o Seixal continua a apresentar o menor índice de criminalidade da Península de Setúbal, apesar das limitações existentes ao nível de meios e infraestruturas, cuja melhoria considerou urgente. No que respeita ao desenvolvimento económico, destacou a crescente procura do concelho por parte de empresas, referindo projetos de instalação e a necessidade de definição do futuro dos terrenos da antiga Siderurgia Nacional, defendendo a criação de um polo de inovação. Por fim, relativamente à prestação de contas, informou que o orçamento final ascendeu a



Município do Seixal Câmara Municipal

Ata nº 08/2026

Reunião Extraordinária da Câmara Municipal do Seixal de 15 de abril de 2026

199,8 milhões de euros, com taxas de execução da receita de 93,74% e da despesa de 91,23%, consideradas muito positivas. Referiu ainda a existência de um excedente orçamental de 12,6 milhões de euros, a redução significativa da dívida financeira entre 2022 e 2025, a poupança resultante da renegociação de empréstimos, um prazo médio de pagamento de 38 dias e um património líquido de 838 milhões de euros, evidenciando a solidez financeira do município. Concluiu referindo que os resultados apresentados refletem o trabalho desenvolvido ao longo do ano de 2025 e a projeção para os anos seguintes, traduzindo uma gestão rigorosa e orientada para o desenvolvimento sustentado do concelho. Após a apresentação, informou que se encontrava aberto o período de inscrições para intervenções, tendo-se registado pedidos de uso da palavra por parte dos Senhores Vereadores Marta Silva, Nuno Capucho, José Carlos Farroupas e da Senhora Vereadora Elisabete Adrião.

A Senhora Vereadora Marta Silva, usou da palavra, começando por agradecer ao Senhor Presidente e solicitando esclarecimento quanto ao tempo disponível para a sua intervenção. Referiu, de seguida, que o seu grupo municipal votaria contra o Relatório de Atividades e Prestação de Contas de 2025, fundamentando essa posição em razões de natureza institucional e política. No plano institucional, esclareceu que não acompanharam o exercício de 2025, por apenas terem tomado posse no final do ano, entendendo, por isso, não deverem validar retroativamente opções de gestão nas quais não participaram. No plano político e material, considerou que as contas apresentadas não mereciam o seu voto favorável. Referiu que, apesar da narrativa que classificou como triunfalista, os números evidenciavam, no seu entender, uma gestão sem margem e sem a ambição executiva compatível com o discurso apresentado, apontando ainda um excesso de autoelogio e de componente propagandística. No que respeita à demonstração de resultados, destacou que o município encerrava o ano de 2025 com um resultado líquido de cerca de 1.500 euros, num universo de mais de 170 milhões de euros de rendimentos, o que considerou traduzir um equilíbrio residual. Acrescentou que o próprio relatório indicava que o aumento dos rendimentos decorria essencialmente de receitas fiscais, com destaque para o aumento de cerca de 7 milhões de euros em IMI, entendendo que tal refletia sobretudo um maior esforço fiscal por parte da população, e não uma transformação estrutural da gestão. Relativamente à despesa, referiu um acréscimo significativo nos gastos com pessoal, na ordem dos 7 milhões de euros, bem como a existência de cerca de 4,5 milhões de euros em trabalho extraordinário, indicando que o município terminou o ano com aproximadamente 2.600 trabalhadores. Considerou que estes dados evidenciavam uma estrutura pesada e em crescimento, sem demonstração clara de ganhos proporcionais de eficiência. Acrescentou que, nas reuniões de Câmara, têm sido frequentes as intervenções da população a reportar situações de ineficiência e falta de resposta por parte dos serviços municipais, algumas prolongando-se no tempo. Referiu ainda que, embora o município declare não possuir pagamentos em atraso, o relatório evidencia valores elevados por cobrar, nomeadamente cerca de 28 milhões de euros relativos à fatura da água e cerca de 5,3 milhões de euros de dívida associada a outras rubricas, considerando que tal poderá indiciar fragilidades na solidez financeira. No que respeita à execução do investimento, apontou uma taxa global de cerca de 63%, referindo que, em áreas consideradas estratégicas, como o desporto, a execução do programa da Carta Desportiva se situava em torno dos 40%. Considerou que várias intervenções permanecem dependentes de financiamento externo, designadamente do Governo, sendo frequentemente utilizadas expressões como “aguardando financiamento” ou “diligenciando junto do Governo”. Por fim, referiu que o relatório, no seu entendimento, ultrapassa a função de prestação de contas, assumindo uma dimensão de natureza política e ideológica, apontando como exemplos referências ao Seixal como “Concelho de Abril”, iniciativas relacionadas com movimentos pela paz, concertos temáticos, assinalações históricas e contactos de cooperação internacional, considerando que tais elementos não deveriam integrar um documento desta natureza. Concluiu reiterando que, pelas razões expostas, o seu grupo municipal votaria contra o documento apresentado.

O Senhor Vereador Nuno Capucha, usou da palavra, cumprimentando o Senhor Presidente, os presentes na sala e todos os que acompanhavam a reunião através dos meios digitais. Iniciou a sua intervenção referindo que daria continuidade ao tema da comunicação e daquilo que considerou ser uma vertente de propaganda constante no relatório apresentado. A este propósito, citou um excerto



Município do Seixal Câmara Municipal

Ata nº 08/2026

Reunião Extraordinária da Câmara Municipal do Seixal de 15 de abril de 2026

relativo à atividade do Gabinete de Protocolo e Relações-Públicas, no qual se mencionava o atendimento a 276 pedidos de jornalistas sobre diversos temas, com acompanhamento de reportagens e entrevistas ao executivo municipal. Referiu, de seguida, que lhe suscitava dúvidas um valor constante do relatório, relativo aos custos associados à comunicação, que indicava o montante de 36.508.612 euros, considerando tratar-se, muito provavelmente, de uma gralha, mas solicitando esclarecimento quanto ao valor real. Retomando um tema anteriormente referido, abordou a situação da morte de um casal de idosos em Fernão Ferro, considerando que, na intervenção inicial do Senhor Presidente, teria havido uma confusão entre os conceitos de proteção civil e meios de socorro, sublinhando que se tratam de realidades distintas. Referiu que, no seu entendimento, terá existido uma falha grave ao nível da proteção civil, que contribuiu para a ocorrência daquela situação, acrescentando que continua a aguardar a realização de uma reunião, anteriormente prometida, na qual seriam apresentadas à oposição as conclusões sobre o ocorrido, bem como as medidas a adotar para evitar situações semelhantes no futuro. Mudando de tema, abordou a questão do abastecimento de água no concelho, fazendo uma retrospectiva recente, referindo problemas ocorridos em 2024 relacionados com acertos de faturação elevados e, em 2025, diversas queixas relativas à qualidade da água. Indicou que continua a receber relatos de munícipes, incluindo casos recentes na freguesia de Corroios, onde a água apresentaria coloração anómala, situação que, no seu entendimento, contraria a perceção transmitida no relatório. Referiu ainda que, apesar de no relatório se mencionar a cooperação internacional no domínio do acesso à água potável, nomeadamente com São Tomé e Príncipe, subsistem problemas no próprio concelho que, no seu entender, deveriam ser prioritários. Mencionou igualmente uma visita do Senhor Presidente a um munícipe na zona de Vale de Linhados, questionando quais as medidas concretas entretanto adotadas para resolver os problemas identificados no abastecimento de água naquela área. Abordou também a referência constante do relatório à necessidade de incentivos por parte do poder central, questionando se tal não evidenciaria dificuldades na gestão corrente dos serviços municipais. Relativamente à área da educação, destacou a situação da Escola Básica da Quinta do Conde de Portalegre, referindo que continua a receber diversas comunicações de encarregados de educação manifestando preocupação com as condições existentes. Indicou que, segundo esses relatos, os alunos continuam a ter aulas em contentores insuficientes, sem condições adequadas de proteção face às condições climáticas, e que algumas atividades de enriquecimento curricular não estariam a ser realizadas por falta de espaço. Referiu ainda a inexistência de estruturas de abrigo e dificuldades durante o período de refeições, acrescentando que, segundo os munícipes, as situações reportadas não terão tido evolução, apesar de compromissos anteriormente assumidos. Acrescentou que existem diversas queixas relativas à falta de resposta por parte dos serviços municipais, nomeadamente através da aplicação “Eu Participo”, referindo casos na freguesia de Fernão Ferro em que as ocorrências reportadas pelos munícipes se prolongam no tempo sem resposta adequada. Por fim, regressando ao tema inicial, abordou a atividade do Gabinete para a Paz e Cooperação, considerando que este promove iniciativas de natureza semelhante às de outras organizações, apontando exemplos de eventos realizados em 2025 relacionados com a paz e o desarmamento. Referiu que, no seu entendimento, estas iniciativas revelam uma orientação ideológica que não deveria estar associada à atividade municipal, defendendo uma abordagem que considerou dever ser menos politizada. Concluiu a sua intervenção reiterando as críticas apresentadas ao relatório e às opções nele refletidas.

O Senhor Vereador José Carlos Farropas, usou da palavra, cumprimentando o Senhor Presidente, os Senhores Vereadores, o público presente e todos os que acompanhavam a reunião através dos meios digitais. Referiu que, após análise do Relatório de Atividades e Prestação de Contas, reconheciam a existência de um esforço no domínio da coesão social, bem como a inclusão de diversas medidas que considerou importantes para o concelho. No entanto, salientou que, no seu entendimento, essas medidas se encontram desfasadas de uma abordagem estratégica mais consistente, não sendo evidenciada de forma clara uma análise de custo-benefício associada às mesmas. Acrescentou que, na sua perspetiva, existe um conjunto de iniciativas que carece de maior fundamentação e planeamento, devendo ser mais trabalhadas para garantir a sua eficácia. Na área da educação, referiu que se verificam atrasos na implementação de várias medidas, bem como a ausência de indicadores



Município do Seixal Câmara Municipal

Ata nº 08/2026

Reunião Extraordinária da Câmara Municipal do Seixal de 15 de abril de 2026

que permitam avaliar resultados concretos, designadamente ao nível do sucesso escolar e da empregabilidade dos alunos, aspetos que considerou essenciais para aferir o impacto das políticas públicas. Relativamente ao licenciamento, considerou que o relatório é omissivo quanto à evolução dos processos, nomeadamente no que respeita à sua rapidez e previsibilidade, entendendo tratar-se de uma matéria relevante para o funcionamento do município e para a atividade económica. No que concerne ao relatório financeiro, referiu que, de um modo geral, lhe parece apresentar uma situação sólida. Ainda assim, considerou que falta uma análise mais rigorosa sobre a forma como os recursos são aplicados, transmitindo a ideia de que algumas medidas são executadas sem critérios suficientemente definidos. Concluiu afirmando que o seu grupo continuará a exigir do executivo municipal maior rigor, melhor planeamento e mais critério na gestão dos recursos públicos, de forma a assegurar uma utilização eficiente dos mesmos.

A Senhora Vereadora Elisabete Adrião, usou da palavra, cumprimentando o Senhor Presidente, os Senhores Vereadores, os trabalhadores da autarquia, o público presente e todos os que acompanhavam a reunião através dos meios digitais. Começou por agradecer a informação prestada pelo Senhor Presidente, salientando, no entanto, que algumas das obras e iniciativas referidas na intervenção inicial não dizem respeito ao exercício de 2025, mas sim já ao ano de 2026, sublinhando que o objeto da reunião era a análise do Relatório de Atividades e Prestação de Contas de 2025, bem como das Grandes Opções do Plano para o mesmo ano, devendo, por isso, a discussão incidir sobre o período até 31 de dezembro de 2025 e sobre a coerência entre o planeado e o executado. Informou que iria proceder à leitura de um documento, por forma a não omitir qualquer ponto relevante, iniciando a sua análise com uma apreciação global do relatório. Referiu que o documento constrói uma narrativa de sucesso contínuo, de investimento estruturante e de proximidade às populações, mas que, no seu entendimento, uma análise crítica e rigorosa revela uma realidade distinta, marcada por um discurso que considerou excessivamente elogioso, ideologicamente orientado e sem equilíbrio entre sucessos e desafios. No plano financeiro, destacou que a autonomia financeira do município, situada nos 79,80%, assenta sobretudo no crescimento da receita fiscal, que atingiu 74,1 milhões de euros, impulsionada, em grande medida, pelo aumento significativo do IMT. Referiu que o acréscimo de receita resulta essencialmente de fatores conjunturais, como o mercado imobiliário e a recuperação de dívidas antigas, e não de uma estratégia municipal estruturada. Acrescentou que a despesa total cresceu 32,6% face a 2024, sem que tal se traduzisse, no seu entendimento, em mais investimento estruturante, salientando o peso das despesas correntes, das despesas com pessoal e do serviço da dívida. Referiu ainda que o resultado líquido de cerca de 1.500 euros evidencia uma gestão sem margem de segurança e dependente de receitas voláteis. No que respeita à execução orçamental, destacou que as atividades correntes apresentam níveis elevados de execução, enquanto o Plano Plurianual de Investimentos fica aquém, o que, na sua opinião, demonstra uma maior eficácia na gestão corrente do que na concretização de investimentos estruturantes. Acrescentou que existiam condições financeiras para medidas de alívio fiscal, propostas pelo seu partido, que não foram adotadas, considerando tratar-se de uma opção política. Seguidamente, procedeu à análise por áreas setoriais. Na educação, referiu que, apesar de ser apresentada como prioridade, a execução financeira ficou muito aquém do esperado, apontando a ausência de obras estruturantes concluídas e a persistência de problemas identificados anteriormente, como a falta de novas escolas, a inexistência de um polo de ensino superior e a ausência de respostas em áreas específicas. No domínio social, referiu que muitas das respostas apresentadas resultam de financiamento externo, nomeadamente do PRR e de parcerias com IPSS, considerando que o relatório atribui ao município um protagonismo que não corresponde integralmente à realidade. Abordou também a temática da promoção da paz, manifestando reservas quanto ao que considerou ser uma orientação ideológica associada a essa área. Na cultura, reconheceu a existência de iniciativas relevantes e de programação regular, mas considerou que a execução ficou aquém da ambição definida, apontando a ausência de concretização de projetos estruturantes e a repetição de eventos sem avaliação de impacto. No desporto, referiu a continuidade de programas e iniciativas com elevada participação, mas destacou a falta de concretização de equipamentos estruturantes e a redução de investimento em infraestruturas, o que, no seu entendimento, compromete o desenvolvimento da área. Relativamente à juventude, salientou que muitos dos projetos previstos



Município do Seixal Câmara Municipal

Ata nº 08/2026

Reunião Extraordinária da Câmara Municipal do Seixal de 15 de abril de 2026

permanecem em fase de programação ou intenção, sem execução concreta, considerando que a política municipal continua excessivamente centrada em eventos, sem uma estratégia estruturada. Na área ambiental, reconheceu iniciativas positivas, como a recolha seletiva e ações de reflorestação, mas referiu que a maioria dos projetos estruturantes permanece sem execução, incluindo parques urbanos e equipamentos previstos. No domínio da mobilidade, destacou algumas medidas positivas, como a gestão do estacionamento no terminal fluvial, mas considerou que os principais projetos estruturantes continuam sem concretização, permanecendo em fase de estudo ou programação. Relativamente à água e saneamento, reconheceu intervenções realizadas, mas apontou a ausência de avanços em projetos estruturantes e a continuidade de medidas em fase de desenvolvimento. Na área da saúde, destacou o trabalho desenvolvido na promoção da saúde comunitária e a integração em redes internacionais, mas referiu a falta de concretização de alguns instrumentos e projetos previstos. No domínio da habitação, reconheceu avanços pontuais, mas salientou atrasos na concretização de metas definidas, nomeadamente na construção de habitação acessível e na execução de programas previstos. Na área da segurança e proteção civil, reconheceu o apoio às corporações e a articulação institucional, mas apontou a ausência de indicadores que permitam avaliar a eficácia das medidas adotadas, bem como atrasos em alguns projetos. Relativamente ao desenvolvimento económico e turismo, destacou algumas iniciativas e investimentos, mas considerou que os principais projetos estruturantes permanecem por concretizar, não sendo apresentados indicadores que permitam avaliar o impacto das políticas implementadas. No domínio da inovação, reconheceu avanços na digitalização e na modernização de serviços, mas referiu que muitos projetos estratégicos permanecem em fase de estudo ou piloto, sem implementação efetiva. Na participação cívica, referiu a existência de iniciativas positivas, mas considerou que os mecanismos apresentados não garantem uma participação efetiva e com impacto nas decisões. Por fim, na valorização do espaço público, reconheceu intervenções realizadas, mas salientou que muitos projetos estruturantes continuam sem execução, permanecendo em fase de programação. Concluiu afirmando que, no seu entendimento, o relatório evidencia uma discrepância entre o que foi anunciado e o que foi efetivamente concretizado, considerando que a execução ficou aquém das metas definidas e que a estratégia municipal continua dependente de fatores externos.

O Senhor Vereador Joaquim Tavares, tomou a palavra, tendo começado por cumprimentar o Senhor Presidente e os presentes. Referiu, desde logo, o investimento significativo refletido no relatório, nomeadamente na requalificação das vias municipais, incluindo intervenções de repavimentação, melhoria da sinalização, construção de rotundas e implementação de outros dispositivos destinados a reforçar a segurança rodoviária e a fluidez do tráfego em todo o concelho. Destacou como objetivos principais desta estratégia o incentivo à utilização dos transportes públicos, designadamente a Carris Metropolitana e o Navegante, bem como a valorização dos modos de deslocação suaves. Salientou ainda o desenvolvimento de iniciativas estratégicas e parcerias institucionais com entidades do setor dos transportes, visando a melhoria da oferta e das condições de acesso. Mencionou, como exemplo concreto, a gestão do parque de estacionamento do Terminal Fluvial do Seixal, cuja transferência para o Município demorou mais de 10 anos a concretizar-se. Referiu que, apesar de condições menos favoráveis, o Município optou por disponibilizar gratuitamente o parque à população, contribuindo para a melhoria da imagem urbana da envolvente e para o aumento da utilização do transporte público. Relativamente à operação da Carris Metropolitana, salientou que o concelho foi aquele onde ocorreram maiores alterações na rede de linhas, tendo sido efetuados ajustamentos de horários e percursos com base na monitorização da utilização e nas sugestões dos munícipes. Abordou a reformulação da entrada no concelho na zona do Fogueteiro, destacando a construção da respetiva variante, bem como a necessidade de continuidade de diligências junto da APA e da CCDR para a concretização da Alternativa à EN10. Referiu ainda diversas intervenções e projetos, nomeadamente a requalificação da Avenida do Mar e da Avenida de Belverde, o estudo de requalificação do acesso à A33 em Vale de Milhaços, a construção e ampliação de ciclovias, a instalação de pontos de carregamento de veículos elétricos, e a criação de parques de estacionamento em zonas urbanas. Mencionou a adesão à Semana Europeia da Mobilidade e diversas reivindicações junto do Governo, designadamente a construção de rotundas na EN10, a criação da Estrada Regional 10 e da ligação Seixal-Barreiro, a construção da



Município do Seixal Câmara Municipal

Ata nº 08/2026

Reunião Extraordinária da Câmara Municipal do Seixal de 15 de abril de 2026

ER377-2, a requalificação da EN378 e a retoma do projeto da ponte pedonal e ciclável entre Seixal e Barreiro. Defendeu igualmente o fim das portagens na A33/IC32, o reforço do transporte fluvial Seixal-Lisboa, o alargamento de parques de estacionamento gratuitos junto a interfaces de transporte e a concretização do projeto Arco Ribeirinho Sul/Cidades do Tejo. Sublinhou a importância da extensão do Metro Sul do Tejo ao Fogueteiro, Seixal e Barreiro, bem como a execução de um nó de ligação da A2 nos Foros de Amora. No domínio da proteção civil e segurança, destacou o acompanhamento do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil, o apoio às corporações de bombeiros, a realocação da unidade de formação dos Bombeiros Mistos do Seixal, a construção de novas instalações para a PSP e GNR, e a necessidade de reforço de efetivos das forças de segurança. Referiu ainda a implementação da Estratégia Nacional de Territórios Inteligentes, o desenvolvimento do projeto Seixal ON, o alargamento da rede Wi-Fi gratuita, a expansão da iluminação pública LED, com redução significativa dos consumos energéticos, e projetos inovadores como o hidrogénio verde e os contadores de água inteligentes. Mencionou igualmente o apoio à instalação de painéis fotovoltaicos em equipamentos municipais e coletividades, a promoção da aplicação "Eu Participo", a monitorização da recolha de biorresíduos e diversas intervenções de requalificação urbana, incluindo o Núcleo Urbano Antigo de Arrentela, o passeio ribeirinho e o Parque Natural de Corroios. Destacou ainda projetos de valorização do espaço público e da participação comunitária, como os jardins comunitários, o projeto Amor à Arte, a limpeza de grafitis e a criação de espaços dedicados à arte urbana, nomeadamente os Murais da Liberdade. Concluiu referindo que os resultados apresentados no relatório só foram possíveis graças ao envolvimento dos trabalhadores municipais, do movimento associativo, da comunidade educativa, das instituições e dos agentes económicos, reafirmando o compromisso do Município com uma gestão próxima das populações, solidária e orientada para o bem comum.

A Senhora Vereadora Maria João Macau, interveio, cumprimentando todos os presentes e prestando esclarecimentos sobre a situação da Escola Básica da Quinta do Conde de Portalegre. Referiu que se encontra em curso um programa de reabilitação daquela escola, que contempla a reabilitação do edifício existente e a sua ampliação com cinco novas salas, bem como a requalificação integral do espaço exterior. Indicou que, no final do ano letivo anterior a 2025, foi apresentado à comunidade educativa o projeto de execução, tendo o mesmo sido igualmente apresentado em sede de conselho de escolas e à direção do agrupamento. Explicou que, no início do ano letivo, foi comunicada aos encarregados de educação a necessidade de uma solução provisória, decorrente da execução das obras, através da instalação de monoblocos, garantindo que todas as crianças teriam salas de aula com cerca de 50 m², com condições adequadas de conforto térmico, acústico e climatização, assegurando o normal funcionamento das atividades letivas. Acrescentou que foi igualmente garantido o fornecimento de refeições a todos os alunos, sendo estas confeccionadas noutra escola e transportadas para o local, existindo também um espaço de refeição e polivalente destinado ao apoio das crianças. Relativamente à questão dos sombreamentos, referiu que não foi possível proceder à sua instalação nos meses de fevereiro e março devido às condições meteorológicas adversas, designadamente chuva e vento, estando, no entanto, prevista a sua colocação antes do período de verão. Afirmou que o município tem acompanhado de forma próxima as preocupações da direção do agrupamento e da comunidade educativa, assegurando respostas às necessidades do dia a dia da escola. Referiu ainda que, após a conclusão da obra, os monoblocos serão reaproveitados para outras intervenções no concelho. Destacou que o ano de 2025 foi particularmente relevante no domínio do planeamento educativo, com a conclusão da revisão da Carta Educativa e a definição de estratégias para o alargamento da rede de educação pré-escolar e do 1.º ciclo. Sublinhou que este trabalho preparatório permitiu que, em 2026, se avançasse com obras já estruturadas e devidamente planeadas. Concluiu reafirmando o compromisso do município com a escola pública, defendendo uma educação de qualidade, inclusiva e com condições adequadas para todos os alunos, sublinhando que a solução adotada é temporária e apelando à compreensão da comunidade educativa durante o período de execução da obra.



Município do Seixal Câmara Municipal

Ata nº 08/2026

Reunião Extraordinária, da Câmara Municipal do Seixal de 15 de abril de 2026

A Senhora Vereadora Maria João Costa, interveio, cumprimentando o Senhor Presidente, os restantes membros do executivo, os trabalhadores da Câmara Municipal e a população presente, bem como quem acompanhava a reunião online, deixando um agradecimento especial aos trabalhadores municipais. Relativamente às questões colocadas sobre a qualidade da água, referiu que sempre que se registam alterações temporárias nas características da água, estas são devidamente identificadas, enquadradas, comunicadas e corrigidas, em conformidade com as normas legais e sob supervisão da entidade reguladora competente. Esclareceu que todos os resultados das análises são comunicados à ERSAR, enquanto entidade responsável pela regulação da qualidade da água para consumo humano, sendo as determinações laboratoriais realizadas por laboratórios devidamente credenciados. Acrescentou que os resultados obtidos são publicados trimestralmente, por parâmetros e por sistemas de abastecimento, no sítio institucional da Câmara Municipal do Seixal, estando acessíveis à população. Afirmou ainda que a Câmara Municipal do Seixal, sob gestão da CDU, continua a defender um serviço público de água de qualidade, viável e socialmente justo, mantendo uma política coerente com os princípios da gestão pública, da justiça social e da defesa do interesse público. Concluiu referindo que todas as situações que chegam ao conhecimento da autarquia são devidamente enquadradas e resolvidas, assegurando que, até ao momento, não se registam situações por resolver, acrescentando que, caso surjam novas ocorrências, estas serão igualmente tratadas.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, iniciou a sua intervenção apresentando agradecimentos à Senhora Vereadora Maria João Costa, dirigindo-se de seguida às questões colocadas pelas Senhoras Vereadoras, com particular referência à Senhora Vereadora Marta Silva. No decurso da sua intervenção, referiu que a ausência de alguns vereadores durante grande parte do ano de 2025 poderia justificar uma posição de abstenção, mas não um voto contra, considerando que tal decisão carece de fundamentação adequada, uma vez que não houve acompanhamento contínuo das matérias em análise. Relativamente ao resultado líquido positivo de aproximadamente 1.500 euros, salientou que a Câmara Municipal do Seixal não é, nem deve ser, uma entidade com fins lucrativos, mas sim uma instituição pública orientada para o desenvolvimento do concelho e o bem-estar da população. Sublinhou que o objetivo da gestão municipal não é gerar lucro, mas assegurar o equilíbrio orçamental, defendendo que o resultado apresentado demonstra um elevado rigor na execução financeira, traduzido numa gestão próxima do equilíbrio absoluto entre receitas e despesas. Acrescentou que tal resultado evidencia uma estratégia de investimento total dos recursos disponíveis em benefício da população, sem gerar défices, reconhecendo, de forma irónica, que poderia ter sido alcançado um saldo nulo mediante a realização de despesas adicionais de reduzido valor, o que, no entanto, não compromete a avaliação global positiva da gestão. No que respeita à execução de obras e investimentos, destacou que uma parte significativa das intervenções municipais é realizada por administração direta, através de meios próprios da autarquia, nomeadamente trabalhadores qualificados e parque de máquinas adequado. Referiu que esta opção permite uma redução substancial de custos face à contratação externa por empreitada, sendo aplicável a diversas áreas, como manutenção de espaços verdes, redes de águas, pavimentações e outros trabalhos de natureza operacional. Neste âmbito, manifestou discordância quanto à classificação contabilística diferenciada entre despesa corrente e despesa de capital em função da modalidade de execução (administração direta versus empreitada), considerando que, independentemente da forma, se trata sempre de investimento. Defendeu que o critério essencial deve ser a eficiência económica e a escolha da solução mais vantajosa para a autarquia. Abordou ainda a questão do recurso a trabalho extraordinário, referindo que, em determinados casos, mesmo com esse acréscimo remuneratório, a execução interna continua a revelar-se mais económica do que a contratação de serviços externos. Exemplificou com a manutenção de jardins e recolha de resíduos urbanos ao fim de semana, afirmando que existem estudos internos que comprovam essa eficiência. Relativamente às áreas de investimento dependentes da administração central, destacou as intervenções nas escolas do 2.º e 3.º ciclos e ensino secundário, esclarecendo que estas não são da competência direta da Câmara Municipal. Indicou que os projetos em curso representam um volume de investimento na ordem dos 90 milhões de euros, valor que ultrapassa claramente a capacidade financeira da autarquia. Acrescentou que os municípios do Seixal contribuem significativamente para a receita fiscal nacional, estimando um valor anual na ordem dos



Município do Seixal Câmara Municipal

Ata nº 08/2026

Reunião Extraordinária da Câmara Municipal do Seixal de 15 de abril de 2026

500 milhões de euros em diversos impostos, defendendo, por isso, a legitimidade de um maior retorno desse investimento por parte do Estado. Criticou a posição da oposição, referindo que, de forma generalizada, esta defende simultaneamente a redução de impostos e o aumento da despesa pública, o que considerou incoerente e financeiramente insustentável. Reforçou que o aumento da despesa exige necessariamente a existência de receita, salientando a importância de uma gestão orçamental responsável e equilibrada. No âmbito dos investimentos apoiados pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), esclareceu que, apesar da participação comunitária, a maior parte dos custos é suportada pela Câmara Municipal. Indicou que, no caso das creches, o financiamento do PRR cobre apenas uma pequena parte do investimento total, sendo o restante assegurado pela autarquia, incluindo terrenos, projetos e financiamento direto. Defendeu a estratégia de cooperação com Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), justificando-a com o conhecimento técnico e experiência destas entidades na gestão de equipamentos sociais. Referiu que a Câmara opta por apoiar e capacitar estas instituições, em vez de assumir diretamente funções para as quais não possui especialização, promovendo assim uma lógica de trabalho em rede e partilha de responsabilidades. Neste contexto, mencionou o contacto direto estabelecido com responsáveis institucionais locais, incluindo o Padre Rui Simão, do Centro Paroquial de Fernão Ferro, com vista à apresentação de candidaturas para novos equipamentos sociais, evidenciando o papel proativo da autarquia na dinamização destes projetos. No plano dos valores e princípios, reafirmou uma posição clara em defesa da paz e dos direitos humanos, condenando todas as formas de violência e conflito armado, independentemente da sua origem, e sublinhando a igualdade de valor de todas as vidas humanas, sem distinção de nacionalidade, etnia ou religião. Relativamente à comunicação institucional, explicou que o Gabinete de Protocolo e Relações Públicas (GPRP) é responsável pela gestão de pedidos de informação por parte da comunicação social, destacando o elevado número de solicitações recebidas como reflexo da visibilidade do concelho. Referiu ainda que a valorização financeira associada à divulgação mediática resulta de uma estimativa do impacto comunicacional do trabalho desenvolvido. Abordou também o funcionamento do Gabinete da Paz e Cooperação, destacando o seu papel na articulação com organizações não governamentais e entidades como a Marinha Portuguesa, para envio de ajuda humanitária e material médico para países parceiros, evidenciando a dimensão internacional da ação municipal. No domínio financeiro, explicou que o aumento registado na rubrica da dívida se deve à renegociação de empréstimos, operação que implicou a contração de novo financiamento para liquidação de passivos anteriores. Sublinhou que esta estratégia permitirá uma poupança global significativa ao longo do tempo, estimada em cerca de 3 milhões de euros, destacando ainda que o serviço da dívida municipal apresenta valores reduzidos em comparação com a média nacional. Comparou a gestão financeira da autarquia com a do Estado central, referindo que o município apresenta níveis de eficiência superiores, nomeadamente no que respeita ao custo da dívida, defendendo que tal evidencia uma gestão rigorosa e responsável. No que se refere à execução de investimentos na área da educação, justificou níveis de execução inferiores ao esperado com os atrasos na obtenção de vistos por parte do Tribunal de Contas, referindo períodos de espera entre 7 a 9 meses para aprovação de projetos. Salientou que estes atrasos têm impacto direto no aumento dos custos das obras, devido à aplicação de revisões de preços contratuais durante o período de espera. Reconheceu a necessidade de diversos investimentos estruturantes no concelho, incluindo requalificação de equipamentos, construção de infraestruturas e reforço da oferta habitacional, reiterando, contudo, que a sua concretização depende da disponibilidade financeira e do enquadramento institucional. Abordou ainda a questão das Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI), referindo progressos na emissão de alvarás e o objetivo de alcançar um número significativo de regularizações durante o mandato. No domínio do desenvolvimento económico, destacou o aumento do interesse de investidores no concelho, referindo projetos turísticos, nomeadamente o empreendimento hoteleiro Mundet, e a intenção de instalação de novas unidades hoteleiras de elevada qualidade. Mencionou igualmente a instalação de empresas, incluindo a empresa DST, proveniente de Braga, sublinhando o seu modelo empresarial inovador e as boas práticas laborais, como exemplo do tipo de investimento que a autarquia pretende atrair. Por fim, referiu diversos projetos em curso no concelho, incluindo equipamentos escolares, infraestruturas desportivas, habitação e requalificação urbana, reiterando que o desenvolvimento do concelho assenta numa gestão equilibrada, eficiente e



Município do Seixal Câmara Municipal

Ata nº 08/2026

Reunião Extraordinária da Câmara Municipal do Seixal de 15 de abril de 2026

orientada para o interesse público, mantendo como prioridade a melhoria das condições de vida da população do Seixal.

O Senhor Vereador Carlos Pelado, interveio para esclarecer e reforçar uma posição de princípio relativamente às questões anteriormente abordadas sobre direitos humanos e igualdade entre crianças. Explicou que, na sua perspetiva, todas as crianças têm o mesmo valor independentemente da sua nacionalidade ou origem, referindo expressamente que tanto uma criança do Bangladesh como de qualquer outro país deve ser vista em igualdade de dignidade e direitos. Sublinhou que essa intervenção visava apenas reafirmar esse princípio universal, sem qualquer intenção discriminatória ou diferenciadora. De seguida, o vereador respondeu à referência feita sobre o relatório e à menção a Hiroshima e Nagasaki, explicando que a sua intervenção anterior se relacionava com um ponto específico do documento, onde essas referências constavam. Indicou que a sua observação tinha como base essa leitura do relatório, procurando contextualizar o comentário feito em plenário. Por fim, questionou o enquadramento do comentário do Presidente da Câmara relativamente a esse tema, pedindo esclarecimento sobre a ligação entre a sua intervenção e a resposta dada, sublinhando que a sua intenção era apenas clarificar e manter o debate dentro do contexto do documento em discussão.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, respondeu de forma breve, enquadrando a referência histórica em discussão. Afirmou que o que estava em causa era um dos momentos mais negros da história da humanidade, referindo-se aos acontecimentos de Hiroshima e Nagasaki, sublinhando o impacto humanitário e histórico desses episódios. Reforçou que a sua intervenção tinha esse sentido de reflexão sobre a dimensão trágica desses acontecimentos, enquanto marco associado às consequências devastadoras da guerra e ao sofrimento humano.

O Senhor Vereador Carlos Pelado, voltou a intervir para clarificar o sentido da sua posição, insistindo na necessidade de repor o contexto da discussão. Afirmou que a expressão referida não correspondia ao que tinha sido lido ou interpretado anteriormente, sublinhando que a sua intervenção visava apenas esclarecer o conteúdo do relatório e evitar equívocos na interpretação das suas palavras. Reforçou que não esteve em causa qualquer posicionamento contra crianças ou contra seres humanos, mas sim uma leitura concreta de um ponto do documento em discussão. Acrescentou que a sua intenção foi unicamente assegurar a correção do entendimento do que foi dito em plenário, referindo que a perceção criada não correspondia ao sentido da sua intervenção, encerrando a sua intervenção com a indicação de que considerava o esclarecimento suficiente.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, deu por encerrada a votação do Relatório de Atividades e Prestação de Contas, anunciando o resultado final. Informou que o documento foi aprovado com os votos a favor da CDU, os votos contra do Chega e a abstenção do PS, tendo sido ainda exercido o voto de qualidade pelo Presidente da Câmara Municipal do Seixal, que confirmou a aprovação do documento. De seguida, foi registada a declaração de voto da Vereadora Elisabete Adrião.

A Senhora Vereadora Elisabete Adrião, em nome do Partido Socialista, apresentou a respetiva declaração de voto relativamente ao Relatório de Atividades e Prestação de Contas de 2025. Começou por referir que o Partido Socialista analisou detalhadamente o documento, cruzando as Grandes Opções do Plano com o nível de execução efetiva, bem como a coerência global, a transparência e os resultados apresentados pelo executivo. Reconheceu que o relatório evidencia algumas áreas de evolução e iniciativas relevantes para o concelho, bem como investimentos considerados importantes, ainda que, na sua perspetiva, insuficientes face às necessidades identificadas. Contudo, apontou fragilidades, nomeadamente a ausência de indicadores claros de impacto, a falta de sistemas de avaliação mais robustos e discrepâncias entre o que foi inicialmente previsto e o que foi concretizado. Face a esta análise, a vereadora afirmou que o Partido Socialista opta pela abstenção, justificando-a como um voto de responsabilidade e exigência. Explicou que esta posição traduz o reconhecimento parcial do trabalho realizado, mas também a não concordância com aquilo que considera ser uma narrativa excessivamente otimista por parte do executivo da CDU, bem como com insuficiências e



**Município do Seixal
Câmara Municipal**

Ata nº 08/2026

Reunião Extraordinária da Câmara Municipal do Seixal de 15 de abril de 2026

atrasos identificados na execução. Sublinhou ainda que a abstenção não representa validação política do programa do executivo, esclarecendo que as Grandes Opções do Plano em análise são da responsabilidade da CDU e não correspondem ao programa do Partido Socialista, pelo que a posição assumida reflete essa distinção institucional e programática. Concluiu afirmando que o voto do PS é também um voto de exigência política, defendendo que o concelho deve ser gerido com maior rigor, transparência e ambição, e que a atual conjuntura política favorável deveria ser aproveitada pelo executivo para acelerar a concretização de projetos estruturantes e responder de forma mais eficaz às necessidades da população.

O Senhor Vereador Joaquim Tavares, apresentou a declaração de voto do Partido Comunista Português/CDU relativamente ao Relatório de Atividades e Prestação de Contas. Afirmou que a votação do relatório e contas reflete a coerência entre as opções políticas assumidas e a ação concreta desenvolvida ao longo do mandato, entendendo que existe correspondência entre as promessas e a execução efetiva. Sublinhou que o voto favorável traduz não apenas uma posição do executivo, mas também um entendimento de trabalho conjunto com a população, afirmando que o desenvolvimento do concelho tem resultado de uma construção coletiva, envolvendo autarquia e cidadãos. Referiu ainda que a CDU assume com orgulho a continuidade do trabalho desenvolvido no município, considerando que esse percurso tem contribuído para a melhoria das condições de vida da população e para o progresso do concelho. Concluiu afirmando que o sentido de voto favorável expressa precisamente esse compromisso com a população e com o desenvolvimento do território, reafirmando a confiança na estratégia política seguida.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, deu por encerrada a reunião de Câmara, após a conclusão do ponto relativo às declarações de voto e a aprovação da ata em minuta. Agradeceu o trabalho dos funcionários municipais que asseguraram o apoio à realização da reunião, bem como a presença dos vereadores e a participação da população, tanto no local como através dos canais de transmissão online. Por fim, dirigiu-se a todos os presentes com uma saudação final, dando a reunião por encerrada.

O Presidente deu por encerrados os trabalhos pelas 17 horas e 50 minutos do dia 15 abril de 2026.

Nos termos do art.º 5.º do Dec.-Lei n.º 45362, de 21 de novembro de 1963 (com a redação atualizada pelo Dec.-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto, e de acordo com uma interpretação extensiva), os documentos mencionados são arquivados, ora em pasta anexa à presente Ata, ora no respetivo processo.

Sempre que se indicou ter sido tomada qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para o efeito do disposto do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alterada pela Lei n.º 24-A/2022, de 23 de dezembro.

O Presidente da Câmara Municipal

Paulo Alexandre da Conceição Silva

A Secretária

Magda Isabel da Fonseca Bastos Sargento Galandim



Município do Seixal
Câmara Municipal

Ata nº 08/2026
Reunião Extraordinária da Câmara Municipal do Seixal de 15 de abril de 2026

Elaboração da Ata:
Secretário da Câmara Municipal
Magda Isabel da Fonseca Bastos Sargento Galandim

Apoio Administrativo
Carla Maria Ribeiro Dias
Cláudio Miguel Félix Vilhena



Câmara Municipal do Seixal

ÍNDICE

TERMO DE ABERTURA	- 01
PERÍODO DA ORDEM DO DIA	- 01
PRESIDÊNCIA	- 01
TERMO DE ENCERRAMENTO	- 12

.../...